



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PRÁTICAS CURRICULARES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DISCUTINDO A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Rosely de Oliveira Macário¹

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

roselymacario@hotmail.com

Resumo: Na contemporaneidade surge a necessidade de se pensar um currículo praticado na escola que prime pelas questões em torno da diversidade escolar, dos direitos humanos dos sujeitos educativos, mas que vise pensar um fazer educativo que tenha como bases as questões em torno do cotidiano e experiências vivenciais de alunos/as, dentro/fora do espaço escolar. Este trabalho tem por objetivo, refletir sobre a proposta de um currículo intercultural no espaço escolarizado, a partir de análises do ensino fundamental, em uma escola pública da rede municipal de ensino da cidade de Queimadas-PB. Com a abordagem teórica metodológica conceitual, centra-se na análise documental e de observações do cotidiano escolar, em prol da identificação de aspectos que se correlacionem com as premissas propostas neste estudo. A proposta da interculturalidade visibilizada através do currículo perceber a partir da escola, os sujeitos alunos e suas vivências educativas e a diversidade que faz parte de seu repertório cultural e de suas leituras de mundo e da vida, tendo como aspectos fundantes práticas socioculturais que se delinham na escola.

Palavras-chave: Currículo, Interculturalidade, Cotidiano escolar.

INTRODUÇÃO

Ao pensar em currículo como possibilidade de uma opção epistemológica de educação intercultural, necessariamente, está-se falando de uma educação que respeite a pluralidade cultural daqueles sujeitos sociais, que estão inseridos nos mais diferentes contextos educativos da Educação Básica, ou seja, de uma demanda escolar culturalmente híbrida e que na prática educativa se faz necessário um currículo escolar que se configure desde o seu processo de organização, de formulação, dotados de concepções teóricas sob o viés da diversidade a tratar reformulações de procedimentos didáticos e curriculares na sociedade contemporânea (RODRIGUES, 2009).

¹ Mestre (Programa de Pós-Graduação em Formação de Professor da UEPB) e Doutoranda – Proped-Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Falar de práticas curriculares na contemporaneidade, nos remete trazer em pauta (SANTOS, 2010, p 284) ao tratar em sua produção intitulada “A construção intercultural da igualdade e da diferença,” cuja produção, sinaliza para o movimento que o universalismo antidiferencialista opera pela descaracterização das diferenças e identidade, absolutizando uma delas e ignorando as demais. Daí esse autor adverte que por essa via, reproduz e intensifica as hierarquias que existem entre diferença que é absolutizada e todas ou outras.

Notadamente, Santos (2010), evoca aqui nesse trabalho, particularmente no âmbito escolar, da sala de aula do Ensino Fundamental na escola pública do país, da necessidade das agências de formação docente, tecer caminhos possíveis a dialogar com um suporte teórico metodológico frente ao aspecto multifacetado da educação na sociedade em contexto de globalização. Dada ao processo de globalização cada vez mais competitivo e excludente, onde se faz necessário uma reformulação curricular a tratar o fenômeno da diversidade dos alunos nas modalidades de ensino, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e também incluindo os cursos profissionalizantes. Daí deriva que mediante realidades distintas, pode-se comungar com o pensamento de Gomes (2008, p.18), ao destacar que “há uma relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas”.

Na verdade, a presença da diversidade no âmbito escolar, considerando as diferentes identidades apresentadas pelos alunos como fruto advindos de contextos históricos, sociais e culturais, exige-se por parte do professor, novos saberes, para trabalhar os conteúdos, bem como outras posturas face ao processo de avaliação a ser aplicado no cotidiano escolar. Construir tais práticas pedagógicas não se configuram uma concepção simplista, principalmente quando essas ações escolares tem o intuito da valorização da educação dialógica e multicultural do currículo, aberto as possibilidades de práticas escolares contra as diferentes formas de dominação, exclusão e discriminação na escola.

Nesse trabalho, aborda-se práticas interculturais no currículo da escola do Ensino Fundamental e, para discutir tal complexidade, e ilustrar a temática aqui tratada, traz em pauta, uma experiência vivenciada no interior da escola pública por parte de professores de uma instituição escolar pertencente à Rede Pública Municipal de Queimadas no estado da Paraíba, no decorrer do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ano letivo de 2014, em relação ao baixo desempenho escolar de alunos inseridos em contextos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano – séries finais), com loco na área urbana, que atende a uma demanda escolar oriunda das camadas populares, principalmente da zona rural.

A experiência parte das observações em torno do baixo desempenho escolar do aluno do 6º ano, particularmente de alunos, em turmas do 6º ano na modalidade de ensino da Educação de jovens e Adultos (EJA), com funcionamento no horário da tarde nessa escola supracitada, e posteriormente do acompanhamento desses alunos em salas de “reforço escolar” atreladas as ações vivenciadas no decorrer da pesquisa, em torno da formação do professor frente à construção de um currículo sob os olhares da educação intercultural e inclusão social.

Diante do exposto, a pesquisa se justifica, levando em consideração a necessidade de pensar o currículo nos moldes de uma perspectiva do respeito à diversidade dos sujeitos sociais, que se encontram inseridos em contextos escolares na Educação Básica, aqui focada nesse estudo, no Ensino Fundamental, em turmas de 6º anos, particularmente, alunos em situação de fracasso escolar.

Para a realização da reflexão da temática em foco, optamos pela revisão da literatura, ancorada com base nas contribuições de: Charlot (2002; 2005); Candau (2011), Senna (2008); Silva (2003), Gomes (2008), entre outros, como fruto de discussões em torno do estudo sobre o currículo numa perspectiva de educação intercultural dialógica com vistas à valorização e respeito das culturas com vistas, ao aprendizado para a convivência intercultural, evitando assim, qualquer tipo de discriminação.

Por outro lado, entende-se que estudar práticas interculturais de currículo da escola de Ensino Fundamental, necessariamente têm que olhar para os aspectos relativos que tratam do aluno em condição de fracassado, como nos aponta Senna (2008, p.201), para quem os alunos caracterizados na pesquisa são sujeitos do fracasso escolar, invariavelmente são considerados “os indesejáveis e os insuportáveis”; os demais, ou são tratados como bem-sucedidos ou, simplesmente, como apresentando traços peculiares que devem ser levados em conta no processo de avaliação.

Nesse sentido, Senna (2008p. 214), ao tratar da educação em contextos de educação intercultural, com alusão ao Brasil, notadamente observa o número expressivo de salas de aula. Para ele, nas culturas escolares, e fora da escola, há uma variedade de diferença entre si e, tais situações



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

escolares resultam para o professor diferentes vivências produzidas pelos estudantes: “em que se mesclam traços de sistemas estruturais e de valores não equivalentes entre si.” Daí, como já observava Fleuri (2003) da postura do professor como um mediador de tensões e conflitos que geralmente ocorrem nas atividades escolares de modo geral na escola.

Para Candau (2008), a perspectiva intercultural busca promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais e se encontra orientada para a construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. Assim, do ponto de vista da didática e a relação com o multiculturalismo, Candau (2011, p.249) adverte que podemos destacar “que a escola deve trabalhar a tensão entre diferenças culturais e desigualdades sociais”.

Partindo desse princípio, faz-se necessário, como já foi citado por Fleuri (2003), repensar os processos de formação de educadores e de educadoras para os desafios da existência em contextos de sala de aula, com vistas à reformulação de um currículo para as diferenças, especificamente para os diferentes alunos que não conseguem aprender determinados conteúdos disseminados na escola. Daí acredita-se que a ação dialógica da educação vem assinalar o papel da formação continuada no que tange à questão intercultural, vinculada à história do insucesso escolar dos sujeitos sociais a exemplo daqueles alunos inseridos em turmas de aceleração de aprendizagem, típica da distorção série e faixa etária como também da modalidade de ensino de jovens e adultos, como pensa Araújo (2005) e Araújo & Santos (2012), sob a ótica freireana.

Silveira (2014), ao tratar da temática do ambiente escolar e direitos humanos, conduz à reflexão crítica da ação educativa no que concerne ao aspecto que as pessoas não são iguais, e que, portanto, as ações curriculares devem ser redimensionadas atentando para uma demanda escolar, culturalmente, híbrida, compartilhada por todos, sujeitos heterogêneos e complexos, evitando-se atitudes preconceituosas para com aquele aluno que ainda se encontra na escola e não consegue aprender os conteúdos ministrados pelo docente. Para Hall (1997, p.18), numa dimensão sociológica, ressalva que é perceptível que “as sociedades atuais são caracterizadas pela ‘diferença’; atravessadas por divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa segue em consonância do calendário oficial no ano letivo de 2014 da Rede Pública Municipal de Queimadas-PB. A pesquisa é do tipo qualitativo, com uma abordagem teórica metodológica conceitual, em torno de documentos advindos da própria escola e de observações do cotidiano escolar. Opta-se pela observação colaborativa e participativa no cotidiano escolar compreendendo as turmas do 6º ano do Ensino Fundamental regular, sendo uma turma da EJA. O lócus da pesquisa refere-se a uma instituição escolar do Ensino Fundamental – séries finais – (6º ao 9º ano).

Também podemos mencionar que a investigação desenvolvida no ano de 2014, parte da iniciativa da pesquisadora que, no efetivo exercício laboral na função de Coordenadora Geral do Ensino Fundamental II (séries finais), da Secretaria de Educação desse município já explicitado (SEDUC), parte da problemática observada em documento expedido da escola em estudo acerca dos resultados gerais de 2013. Tais resultados apontados pelo Relatório Final, então denominado “Ata Final”, e revelava um quadro preocupante de um número expressivo de alunos reprovados nos 6º anos. Daí a pesquisadora com atuação no acompanhamento geral das três unidades escolares existentes nesse município já explicitado, passa a focar essa instituição escolar, uma vez que tal problemática já repercutia negativamente na comunidade escolar, e os pais passavam a reclamar de tais resultados, buscando melhoria na qualidade da escola para seus filhos.

Diante desse fenômeno, foi realizado um acompanhamento através de encontros de estudos e planejamentos bimestralmente no decorrer desse ano letivo de 2014, no que tange a organização curricular, buscando a sensibilização docente para as questões destinadas ao aprendizado do aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse cenário educacional de incertezas, de conflitos quanto à melhoria do ensino, a SEDUC, juntamente com os demais profissionais da escola campo de investigação, começam um longo percurso para traçar uma Proposta Pedagógica denominada “Educação Intercultural: o real, o possível e o necessário” como fruto de um amadurecimento profissional em torno das vivências



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

escolares, observadas e acompanhadas de forma direta e indireta. Essas observações, percebidas por gestores, equipe pedagógica e professores, cujas inquietações pedagógicas, atentaram para as ações e procedimentos metodológicos, vinculados à aprendizagem dos diferentes alunos inseridos em contextos de fracasso escolar e exclusão social.

O acesso diário a instituição foco do estudo possibilita a identificação através das conversas informais, bem como da participação nos grupos de estudos, conforme horários disponibilidades por cada professor em conformidade adequando-o ao seu horário departamental. Notadamente, tal reflexão versa da complexidade em como lidar com os sujeitos sociais que encontram na escola, e esses alunos demonstram, mediante suas atitudes no dia a dia, uma concepção de dificuldade de pertencimento ao sistema escolar.

Conforme dados da secretaria da escola, lócus da pesquisa, essa atendia uma demanda escolar de novecentos e dezessete (917) alunos, oriundos da zona urbana e rural, distribuídos nos turnos da manhã e tarde no ano de 2014. Na busca para saber quem eram os sujeitos da pesquisa, aponta-se para o aluno com acumulação de reprovação, de um aluno com distorção de fora de faixa etária, e que na sua maioria tratava de alunado que vinha de escolas com salas de aula multisseriada, realidade típica da zona rural. A atividade docente se dá na condição de professora polivalente, que leciona para um grupo determinado de alunos do Ensino Fundamental – séries iniciais (1º ano ao 5º ano).

No que concerne às ações da pesquisa, desenvolvidas no decorrer do ano letivo de 2014, foi preciso à organização de estudos compreendendo todos os professores, mas precisamente nos momentos destinados para o planejamento, como também, um encontro de Formação Continuada promovido pela SEDUC, para discutir o processo de avaliação numa perspectiva de emancipação humana, como resultado das observações diretas desse estudo. Contou também com a participação de uma Consultoria contratada por essa Secretaria de Ensino, já mencionada, realizada no 4º bimestre. Oportunidade de estudo para os professores, considerada por parte de alguns professores, ação bastante exitosa. Entretanto, para outros professores, a data reservada para tal estudo, dificultava mais mudanças no agir docente, por se tratar do final do ano letivo, e muitos alunos já estavam em situação de tamanha complexidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os seis professores envolvidos diretamente nas aulas de reforço escolar são quatro professores de Língua Portuguesa e dois de Matemática. Através do contato diário com os professores, resultado da convivência escolar, procuramos o entendimento através das observações de algumas práticas pedagógicas dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática: conhecer o perfil dos sujeitos sociais que constituem as turmas dos 6º anos, inclusive da EJA. Assim, além desses professores citados que participaram da ação educativa em torno do “reforço escolar”, também se observa no cotidiano escolar, através das conversas informais com os professores e ainda outros profissionais da educação com atuação no campo de investigação, a tensão em procurar minimizar os conflitos do aluno que busca no horário de aulas, fazer uso das mídias móveis (celulares, fones de ouvido), que chega a desconsiderar a presença do professor. Cabe também salientar que acrescidas a tal realidade, era perceptível um clima de indisciplina escolar, envolvendo o cotidiano da escola. Daí compreende-se a necessidade de construção de um currículo a dialogar com tais conflitos, como também as questões de gêneros raça, classe social e sexualidade.

Diante do exposto, constata-se que entre os professores pertencentes ao lócus da pesquisa, os professores de Língua Portuguesa e de Matemática com atuação nas turmas do 6º ano, nos respectivos turnos manhã e tarde, e também das duas turmas da EJA, no primeiro segmento do ensino Fundamental (6º e 7º), do problema recorrente da aprendizagem da escrita alfabética, por parte de alguns alunos. De acordo com tais professores, em suas avaliações cotidianas, era notória a presença de alunos com severas dificuldades de aprendizagem.

Os sujeitos participantes da pesquisa, os quais se busca focar a atenção, referem-se aos alunos inseridos no 6º ano com dificuldades na aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Nesse sentido, ao tecer os caminhos de como organizar a proposta curricular, até porque geralmente se percebe no dia a dia, cada professor seguir o seu plano de aula sistematizado para todo ano letivo, e pouco se observa a preocupação de (res) significar tal prática escolar, reflexão do agir docente na perspectiva da inclusão dos alunos considerados “problemáticos”. Segundo olhar de Senna (2008) é oportuno atentar para a seguinte questão: “que quantidade de conteúdo programático um aluno deve ser capaz de expressar nos instrumentos de avaliação para não ser considerado um sujeito do fracasso escolar?”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para uma visualização das turmas de 6º ano, focadas nesse trabalho, constata-se que tais turmas encontravam-se distribuídas por turnos. No turno da manhã, encontra-se as turmas organizadas por faixa etária: o aluno com 9 anos até 17 anos. Cabe aqui destacar que os alunos com distorção de idade-série passam a integrar as turmas denominadas de EJA. Assim, tal sistematização no turno da manhã (6º ano A, 6º ano B, 6º ano C e 6º ano D), e no horário da tarde (6º ano E, 6º ano F, 6º ano G) totalizava 267 alunos. Vale salientar que dessas turmas se veem duas turmas de EJA, uma no horário da manhã e outra no horário da tarde.

De acordo com as informações coletadas de professores após a realização do Conselho Escolar, pode-se detectar que a apuração das notas do 1º bimestre letivo de 2014 apontava para um quadro que o aluno necessitava de ajuda nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Diante do quadro de 112 alunos com dificuldade em Língua Portuguesa, considerando as notas abaixo de 5,0, esses distribuídos por turno: 59 alunos no turno da manhã e 53 alunos no turno da tarde. E ainda, 46 alunos em Matemáticas, os quais estavam distribuídos: 21 alunos, pela manhã e 25 pela tarde. Cabe aqui fazer uma ressalva que os alunos com dificuldades centravam mais em outras séries, principalmente no 7º ano.

Paralelamente, busca-se acompanhar tais reflexões dos professores, e em nesses momentos, era notório uma “resistência”, em relação frente às práticas pedagógicas destinadas ao olhar o aluno, com sua situação de um sujeito social de direito ao ensino com garantia de aprendizagem. Daí prioriza-se o acompanhamento das turmas dos 6º anos, levando em consideração que tais alunos estavam agrupados por critérios de faixa etária, centrada entre os 10 a 12 anos. Os alunos com faixa etária diferenciada 11 em diante referem-se aqueles alunos que já acumulam repetência em turmas das séries iniciais do ensino fundamental, inclusive em turmas de 6º ano.

No geral a experiência com as ações em torno da aprovação dos alunos podem ser visualizadas logo a seguir:

Figura 1 – QUADRO DO RESULTADO FINAL DE 2014 – SÉRIE – 6º ANO

NÚMERO	%
DE	
ALUNOS	



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

APROVADOS	166	62%
DESISTENTES	42	16%
TRANSFERIDOS	11	4%
REPROVADOS	48	18%
TOTAL	267	100%

Fonte: Dados de Ata de Relatório Final – secretaria da escola- 2014

O quadro acima exposto nos permite a pensar acerca do (res) significar das práticas pedagógicas. Entende-se que os resultados finais das turmas do 6º ano indicam que muitos são os desafios encontrados pelos docentes na educação básica, porém é preciso ressaltar que, em muitos casos, alguns educadores tendem a “culpar” o próprio aluno pelo seu “fracasso”. Uma vez que, “inapropriadamente”, esse docente, em suas atividades diárias, diagnostica que o aprendiz tem dificuldades extrascolares, déficit de atenção, dentre outros fatores, os quais tornam esse aluno o único e exclusivo responsável por “não aprender”. Além da questão da medicalização da educação e da procura por profissionais da saúde.

CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida em torno do currículo em uma escola pública, no Ensino Fundamental (anos finais) representou uma oportunidade crítica de crescimento profissional em torno das dificuldades da escola em tratar o “diferente” em relação ao aluno estigmatizado de “fraco”, que ainda não aprendeu os conteúdos das disciplinas dessa modalidade de ensino, tendo em vista severas dificuldades na aprendizagem das disciplinas de Português e Matemática. Pude constatar ao longo da investigação, que alguns professores apresentavam dificuldades em conduzir o processo metodológico em sala de aula, de modo a não excluir do direito de aprender novos conteúdos, ao fato observado em relação aquele aluno que não apresenta problema de aprendizagem nas disciplinas de modo geral. Foi perceptível nessa experiência que alguns professores



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

apresentaram “resistências”, buscavam questionar os possíveis “culpados” pelo insucesso escolar do aluno, enquanto outros professores mostraram-se receptivos.

Os dados apontam para a necessidade que o processo de reformulações curriculares requer espaço e tempo para os docentes adquirirem novos saberes para lidarem com os novos sujeitos sociais existentes no cotidiano escolar, tendo em vista evitar atitudes de exclusão e discriminação na escola do aluno inserido em contextos distintos das camadas populares, bem como se faz necessário à implementação de políticas públicas de inclusão social que, de fato, venha garantir o acesso a uma educação que respeite as diferenças culturais do aluno.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. C. de A. Educação intercultural: encontro entre culturas, diálogo de saberes. *In: Colóquio Internacional Paulo Freire: Desafios à sociedade multicultural*. Recife: **Anais do Colóquio Internacional Paulo Freire**, 2005, p.1-19.

_____. SANTOS, J. M. C. T. Formação do professor-historiador e cotidiano escolar: aproximações freireanas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, p. 220-231, 2012. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/viewFile/3772/3188>>. Acesso em: jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. v. 01.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Pluralidade Cultural. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Acesso em jan. 2015.

CANDAU. V.M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio Brasil *In: Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *In: Revista Brasileira de Educação* v. 13, n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CARNEIRO, R. A. **Educação intercultural.** Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/4_PI_Cap3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Relação com a escola e o saber nos bairros populares.** Perspectiva. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 17-34, jul./dez.2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10237/9476>>. Acesso em: jan. de 2015.

_____. **Relação com o saber e a com a escola entre estudantes de periferia.** Perspectiva. Florianópolis, v.20, Especial, p.17-34, jul./dez.2002.

GOMES, N. L. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. – Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2008.

HALL, S. **Pós-modernidade, política e educação.** 1997. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html>>. Acesso em: jan. 2015.

RODRIGUES, L. P. Textos, discursos e sujeitos *híbridos*: a plasticidade cultural contemporânea à luz da teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu. In: **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009.** v. 1. VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção intercultural da igualdade e da diferença. p. 279-302. In: **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

SENNA, L. A. G. Formação docente e educação inclusiva. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro senna@senna.pro.br <http://www2.uerj.br/~proped> In: **Cadernos de Pesquisa,** v. 38, n. 133, jan./abr. 2008.

SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 185. SILVEIRA, R. M. G., et al. **Educação em direitos humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.